

Pontes Diário de Genebra está disponível em inglês, espanhol, português, chinês, árabe e russo no site do ICTSD www.ictsd.org

Mini-ministerial: Lamy tenta evitar colapso

O desânimo deu lugar ao otimismo nesta última sexta-feira na OMC. As perspectivas de progresso para os acordos sobre bens agrícolas e manufaturados tornaram-se mais reais durante o quinto dia de negociações da reunião de alto nível em Genebra.

Apesar dos negociadores alertarem que um acordo ainda está longe, ao final do dia 25 de julho essa realidade parecia ao menos possível. No centro da reviravolta encontrava-se um “pacote” de compromissos potenciais para uma série de temas ainda não resolvidos. Tal pacote foi criado por Pascal Lamy, Diretor-Geral da OMC, durante consultas com ministros do G-7.

Dos sete Membros do grupo, apenas a Índia mostrou-se contrária à proposta de Lamy, especialmente no que se refere às provisões concedidas a países em desenvolvimento (PEDs) para protegerem seus agricultores. O país concordou, entretanto, com a idéia de Lamy de criar uma “área comum” de modo a possibilitar um acordo em conjunto com cerca de 30 Membros.

Apesar de nenhum país estar completamente satisfeito com todos os detalhes da proposta de Lamy, Keith Rockwell, porta-voz da OMC, afirmou, após a reunião de sala-verde da noite de sexta-feira, que o documento apresentado por Lamy foi amplamente aceito como uma real saída para o impasse das negociações.

A Representante comercial dos EUA, Susan Schwab, afirmou ontem que os negociadores encontraram um novo caminho para o progresso das negociações. Celso Amorim, líder do G-20, acredita que as chances de um acordo para modalidades em agricultura e NAMA na Rodada Doha aumentaram de 50 a 65%. O norueguês Jonas Gahr Støre foi mais longe ainda, ao assegurar que as negociações estavam chegando cada vez mais perto de um acordo.

A situação de sexta-feira à tarde mostrou-se diametralmente oposta àquela da manhã, quando Lamy afirmou, durante reunião do Comitê de Negociações Comerciais (TNC, sigla em inglês), que as negociações estavam entre o sucesso e o fracasso e pediu aos Membros que refletissem seriamente sobre questões de fundo e tomassem uma decisão em poucas horas.

Apesar do clima otimista, entretanto, diferenças substanciais ainda precisam ser superadas para que um acordo seja possível. No caso de um fracasso, os ministros continuam a posicionar-se de maneira a evitar qualquer tipo de culpa.

O Ministro de Comércio da Índia, Kamal Nath, insistiu que as bases para a negociação proposta por Lamy são insatisfatórias no que se refere à proteção para agricultores pobres em PEDs, a qual Lamy classificou como questão de meios de subsistência não-negociáveis que possui pouca relação com o comércio. Nath afirmou que não há consenso nem acordo em áreas que afetam os meios de subsistência e segurança, os quais, por sua vez, afetam a pobreza.

No sítio eletrônico do Ministério das Relações Exteriores da Argentina, o Ministro de Comércio Jorge Taiana afirmou que seu governo rejeita o documento de Lamy da maneira como encontra-se agora.

A proposta de Lamy

Durante a reunião de sexta-feira à tarde com o G-7, Lamy apresentou uma série de parâmetros para questões-chave não resolvidas em agricultura e NAMA. Ele também explicou como funcionaria a “área comum” que possibilitaria um potencial acordo de Doha. Os números abordados requerem que os EUA cortem seus gastos com subsídios agrícolas distorcivos ao comércio (OTDS, sigla em inglês) em 70%. Para tanto, Washington teria de reduzir seu limite geral para OTDS a US\$ 14,4 bilhões (atualmente, o limite é US\$ 48 bilhões). Espera-se que a União Européia (UE) reduza seu limite para gastos com subsídios em 80%, o que equivale a um teto de aproximadamente US\$ 22 bilhões. Ainda de acordo com a proposta, ambos os Membros poderiam manter dezenas de bilhões de dólares equivalentes à caixa-verde de subsídios agrícolas – supostamente não distorcivos ao comércio. Brasil, Índia e demais PEDs não se impressionaram quando os EUA anunciaram sua intenção de reduzir o limite de OTDS para US\$ 15 bilhões.

No que tange acesso a mercados, a sugestão de Lamy foi considerar uma redução de 70% para as tarifas agrícolas mais altas impostas por PDs (aquelas superiores a 75%, categoria mais alta da fórmula de redução tarifária). Os parâmetros propostos permitiriam que PDs indicassem 4% de suas linhas tarifárias agrícolas como “sensíveis” ou passíveis de cortes tarifários menores (os países que apresentam níveis tarifários muito elevados, como Suíça e Noruega, são elegíveis a 2% adicionais). Lamy insistiu que os Membros expandam suas quotas de importação a produtos sensíveis, a fim de oferecer novas oportunidades de acesso a mercado equivalentes a 4% do consumo doméstico.

A proposta de Lamy também prevê que não haverá um nível tarifário máximo para produtos agrícolas sensíveis. Para os produtos não-sensíveis, os PDs teriam de limitar suas tarifas a 100%, limite que poderia ser excedido para 1% de suas linhas tarifárias em troca de compensações, como maior expansão de quotas tarifárias para todos os produtos sensíveis.

No que se refere a flexibilidades de acesso a mercado para PEDs, a “área comum” definida por Lamy permitira que tais países designassem 12% de suas linhas tarifárias agrícolas como “especiais”, segundo questões de segurança dos meios de subsistência e alimentar. Dentro desta faixa especial, os produtos que representarem 5% das linhas tarifárias poderão estar totalmente isentos dos cortes tarifários.

Todos os produtos especiais (PEs) – inclusive aqueles isentos de cortes tarifários – estariam sujeitos a um corte médio de 11%. Se os Membros optarem por fazer uso da isenção de 5%, os PEs remanescentes estariam sujeitos a um corte médio de 18,9%. Ademais, os Membros que recentemente aderiram a OMC, como é o caso da China, poderiam

designar 13% de suas linhas tarifárias como especiais e sofrer um corte médio de 10%.

Assunto polêmico tem sido a possibilidade de PEDs imponham medidas de salvaguarda que excedam os limites consolidados sob o “mecanismo de salvaguarda especial” (SSM, sigla em inglês), ferramenta criada para ajudar tais países a protegerem seus agricultores mais vulneráveis de importações massivas e aumentos repentinos de preços. Membros do G-33 afirmaram que limites tarifários excessivos podem ser, em alguns casos, necessários à proteção de agricultores.

Por outro lado, exportadores competitivos acreditam que permitir que as salvaguardas excedam os limites tarifários negociados durante a Rodada Uruguai representa um “passo atrás” no processo de liberalização comercial. A proposta de Lamy sugere que tais salvaguardas excedam os limites tarifários em até 15 pontos percentuais (ou em uma quantidade equivalente a 15% da tarifa consolidada), medida que poderia ser implementada somente no caso de importações massivas representarem 40% ou mais. Ademais, medidas de salvaguarda poderiam exceder os limites atuais somente para 2,5% das linhas tarifárias por ano.

No que se refere às negociações de NAMA, Lamy sugeriu alguns números para os coeficientes da fórmula que determinará os futuros níveis tarifários dos Membros, bem como as flexibilidades para que PEDs protejam certos produtos dos cortes tarifários. Todos os números apresentados estão dentro das faixas presentes no recente esboço de texto publicado pelo presidente das negociações de NAMA. O coeficiente para PDs seria 8 e para PEDs existe uma escala de redução de três opções: quanto maior o coeficiente escolhido, menor a liberdade para proteger produtos da redução tarifária.

Os PEDs que optarem por um coeficiente 20 poderão sujeitar 14% de suas linhas tarifárias a cortes tarifários que equivalem à metade dos cortes exigidos na fórmula e cobrir 16% do valor das importações industriais. Alternativamente, os PEDs poderão também isentar 6,5% de suas linhas tarifárias de cortes em geral, desde que essas representem 7,5% do valor de importações de manufaturados. Um coeficiente de 22, por sua vez, possibilitaria cortes tarifários parciais para 10% das linhas tarifárias e do valor de importação, ou então isenção total para 5% de ambos. Por fim, aqueles PEDs que optarem por não fazer uso de flexibilidades receberão um coeficiente de 25.

O G-7 também discutiu soluções potenciais para duas questões importantes: iniciativas de liberalização por setor e cláusula de anti-concentração – as quais impediriam PEDs de concentrar suas flexibilidades em certos setores industriais, como o automobilístico. A proposta permitiria que PEDs aplicassem cortes tarifários completos para 20% de suas linhas tarifárias, ou para 9% do valor de importação de cada capítulo do sistema harmonizado.

No que se refere às iniciativas setoriais, o G-7 considerou uma cláusula potencial que permitiria aos Membros – quando de um acordo sobre modalidades – comprometerem-se a participar na negociação dos termos de ao menos duas iniciativas setoriais “passíveis de serem acordadas”.

Os PEDs que decidirem participar de uma ou mais iniciativas de liberalização específica (ao invés de simplesmente negociarem como a iniciativa poderá funcionar) seriam agraciados com um coeficiente maior.

Outras questões permanecem sem solução

Apesar do centro das atenções das negociações da última sexta-feira ter sido a tentativa de um pacote para o comércio agrícola e industrial, o Ministro norueguês Støre tenta encerrar uma longa disputa sobre três questões relacionadas a propriedade intelectual: (i) revelação da utilização de recursos biológicos ou conhecimentos tradicionais em pedidos de patentes; (ii) extensão de indicações geográficas (IGs) para todos os bens vinculados a determinada região; e (iii) estabelecimento de um registro multilateral para vinhos e bebidas alcoólicas. No início da semana, Lamy pediu a Støre que moderasse as consultas nessas questões – as quais, segundo Lamy, poderiam gerar rupturas importantes nas negociações como um todo. O Ministro da Noruega afirmou que desde que as negociações sobre agricultura e NAMA começaram a progredir, temas relacionados à propriedade intelectual tornaram-se mais importantes no âmbito da Rodada.

No que tange ao comércio de serviços, uma conferência indicativa (durante a qual os Membros indicarão até que ponto estão dispostos a liberalizar o comércio de serviços) está marcada para a tarde deste sábado. Keith Rockwell indicou que a reunião poderá fazer com que alguns países sintam-se mais confortáveis para fazer maiores concessões em agricultura e NAMA. O Ministro indiano, que tem sido criticado por sua intransigência durante a conferência ministerial, indicou que o comércio de serviços é uma área que a Índia está preparada para flexibilizar.

Para além de questões de propriedade intelectual e comércio de serviços, entretanto, um importante número de temas permanece sem solução. Os negociadores têm trabalhado para diminuir as diferenças sobre erosão de preferências, algodão e produtos tropicais. As negociações devem seguir até este domingo e o objetivo é chegar a soluções potenciais, passíveis de serem apresentadas aos ministros.

Enquanto isto, as reuniões de sala-verde e do G-7 sobre temas de agricultura e NAMA propostas no pacote de Lamy devem terminar amanhã.

Tradução e adaptação de *BRIDGES Daily Update* n. 6, 26 jul. 2008

www.ictsd.org

Pontes Diário de Genebra está disponível em diversas línguas no sítio do ICTSD: www.ictsd.org. As publicações *Pontes Quinzenal* e *Pontes Bimestral* também estão disponíveis no sítio do ICTSD.



Pontes Diário de Genebra é um serviço diário de notícias que cobre informações sobre comércio e desenvolvimento sustentável durante a Mini-Ministerial da OMC em Genebra, Suíça. *Pontes Diário de Genebra* fará a cobertura das negociações da Conferência Mini-Ministerial da OMC com análises, opiniões e a relação entre o comércio e o desenvolvimento sustentável. A versão em inglês foi produzida por: Trineesh Biswas, Paige McClanahan, e Ricardo Meléndez-Ortiz. A versão em português foi traduzida por Adriana Verdier. A revisão ficou sob a direção de Mônica Guise Rosina com participação de Daniela Godoy. Para maiores informações, favor entrar em contato com ICTSD: 7 ch. de Balexert, 1219 Genebra, Suíça; tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093; email: ictsd@ictsd.ch; web: www.ictsd.org.